

# CONTRA-AGENDAMENTO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS VERSUS AGENDAMENTO MIDIÁTICO DO (DES)GOVERNO<sup>1</sup> SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Counter-scheduling of public universities versus media (de) government scheduling on  
public education

**Andreia de Almeida Marques<sup>2</sup>**

**Fernanda Vasques Ferreira<sup>3</sup>**

**Louis Fernando Aldeberto Popov Cardoso<sup>4</sup>**

**Maria Angélica Rosa Fagundes Laranjeira Lessa<sup>5</sup>**

## **Resumo:**

Qual o agendamento (McCombs, 2006; 2009) feito pela mídia sobre a educação pública? Nosso *corpus* compreende a análise da capa dos principais jornais do Brasil - Folha de São Paulo, Estadão, O Globo - e da primeira página de dois portais de notícias Globo.com e Uol a partir da declaração do ministro da Educação de que a universidade pública produz “balbúrdia” a partir do método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

---

<sup>1</sup> (Des)governo é tratado como a má administração do governo federal que ao invés de zelar pelo bem público, nesse caso, as universidades federais, em suas ações e discursos tenta desqualificá-la diante da sociedade.

<sup>2</sup> Graduada em Administração pela Universidade Norte do Paraná (2013). Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Bahia (FACITE). Graduada em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). E-mail: [andreaamarques12@gmail.com](mailto:andreaamarques12@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Pesquisadora na área de Comunicação, Saúde e Políticas Públicas. E-mail: [fernanda.jornalista82@gmail.com](mailto:fernanda.jornalista82@gmail.com).

<sup>4</sup> Jornalista, graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela Faculdade de Ciências Tecnológicas (FACITEC-DF). E-mail: [louis.popov@gmail.com](mailto:louis.popov@gmail.com).

<sup>5</sup> Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade. Pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UNEB (2011) e, em Gestão Escolar pela Faculdade de Ciência, Tecnologia e Educação - FACITE e graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2009). E-mail: [angfaglar@gmail.com](mailto:angfaglar@gmail.com).

**Palavras-chave:** comunicação, educação, contra-agendamento.

**Abstract:**

What is the schedule (McCombs, 2006; 2009) made by the media about public education? Our corpus comprises the analysis of the cover of the main newspapers of Brazil - Folha de Sao Paulo, Estadão, O Globo - and the front page of two news portals Globo.com and UOL from the statement of the minister of Education that the public university produces “shambles” from the Content Analysis method (Bardin, 2011).

**Keywords:** communication, education, counter scheduling.

## Introdução

Neste trabalho, analisamos o agendamento midiático do (des) governo sobre a educação pública e a contra-agenda das universidades públicas nas redes sociais que impactaram, em certa medida, a agenda da mídia impressa e de portais de notícia na internet. O recorte partiu da declaração do, à época, ministro da Educação que acusou as universidades públicas brasileiras de fazer “balbúrdia” e de “doutrinar” estudantes, criando assim um cenário de desconstrução e desqualificação da imagem desta instituição diante da sociedade. As universidades públicas, por sua vez, objetivando reagir ao discurso opressor em relação à agenda em torno das palavras “balbúrdia”, “doutrinação” e “ideologia” fortemente presentes na agenda das mídias mostraram, por meio das redes sociais digitais, a produção científica de qualidade realizando, portanto, o contra-agendamento a partir da força da mobilização social, numa perspectiva de resistência e defesa da educação superior pública e de qualidade.

Tendo em vista o cabal valor das universidades para a educação superior pública e de qualidade e para o fortalecimento e resistência frente aos ataques do atual (des) governo, nosso estudo se vale da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e tem como *corpus* os principais jornais do país: *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, *O Globo*; e os

dois portais de notícias: *Globo.com* e *UOL*<sup>6</sup>. Nossa questão norteadora se circunscreve na seguinte pergunta: qual o agendamento (McCombs, 2006; 2009) feito pela mídia sobre a educação pública? Identificamos, em nossa análise a importância da mobilização social e do uso das redes sociais na internet como forma de contra-agendar assuntos relevantes e de interesse coletivo junto à mídia.

## **1 Breve história das universidades públicas como celeiros de conhecimento e resistência**

A universidade pública no Brasil nasceu no século XX, apesar das tentativas desde a época do Brasil Colônia. A Coroa Portuguesa considerava inviável a criação de universidades na Colônia, devido ao potencial crítico e transformador que tem a universidade (ÉSTHER, 2015). Em 1920 foi instituída a primeira universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro. Em 1935, por iniciativa de Anísio Teixeira, instituiu-se a Universidade do Distrito Federal (UDF), com vocação científica e estrutura totalmente diferente das universidades existentes no país até então. Em 1946, foi criada a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Em 1942 foi criada a União Nacional do Estudantes (UNE) como entidade representativa dos estudantes. Iniciou-se um período de força democrática e resistência universitária. O processo de democratização das universidades continua avançando e segundo Fávero (2006, p. 29), “O movimento pela modernização do ensino superior no Brasil [...] vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília”, em 1961.

Com o golpe militar, em 1946, instalou-se a “ditadura militar”. “[...] a educação nacional entrou em uma fase de retrocesso. As universidades brasileiras perderam valor no período considerado ditatorial; a pouca voz que essas instituições haviam conseguido até então, foi silenciada” (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013, p. 30). Após o fim do

---

<sup>6</sup> As páginas podem ser encontradas no site: <https://archive.org/web/>

governo militar foi retomado o debate sobre a redemocratização das universidades por parte dos docentes pelo Sindicato Nacional dos Docentes (ANDES-SN) e outros movimentos em defesa da democracia. A universidade brasileira teve um importante papel no processo de redemocratização.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 apresenta a educação como um direito social, assegura desse modo, a todo cidadão brasileiro esse direito, sendo o Estado responsável em prover essa garantia. Conforme o Art. 6º da CF/88 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. A educação de modo geral, é colocada pela CF/88 como um direito de todo cidadão a fim de que possa exercer a sua cidadania e ter vida com dignidade. Entre os princípios do ensino, do Art. 206 da CF/88 consta no inciso “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”; no inciso “IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”; e, no inciso “VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

O Art. 207 assegura que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A Constituição Federal de 1988 pouco se dedica ao ensino superior - em outros artigos da Constituição, a educação é contemplada de forma geral, ficando implícito os termos apresentados sobre as universidades (SEVERINO, 2008). Posteriormente em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que regulamenta os princípios previstos sobre a educação superior.

Mas o ensino superior público terá impulsionamento e incentivos somente a partir de 2002. Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro presidente a investir no ensino superior público após o golpe militar. Em 24 de abril de 2007, o governo instituiu o Programa de

Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) “o qual ampliou a oferta de vagas em todo o país, inclusive por meio de criação de novos cursos, de novas universidades e de novos campi” (ÉSTHER, 2015, p. 205). Na sequência, Dilma Rousseff assumiu a presidência e deu continuidade às políticas afirmativas do governo Lula e os projetos de expansão universitária. Em 2016, com o Impeachment de Dilma, Michel Temer assumiu a presidência. Dentre as principais investidas do governo Temer, salientamos: o congelamento dos gastos públicos por 20 anos, a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a mudança na política das universidades públicas federais.

A eleição presidencial de 2018 que se aproximava mostrava-se como um momento de esperança para a retomada completa da democracia. Contudo, a expectativa de uma eleição democrática foi frustrada. Jair Bolsonaro venceu as eleições no segundo turno. Vieira (2019) destaca que o programa de governo do candidato eleito tinha nove slides superficiais e baseados no senso comum que versavam sobre as universidades públicas. A partir da eleição do candidato da extrema direita, as universidades e os profissionais de educação passaram a sofrer toda forma de acinte.

## **2 Contra-agendamento: a força da mobilização social**

Lippmann (2010), em *Opinião Pública*, publicado inicialmente em 1922, resume a ideia de agendamento antes de ser formulada e cunhada por McCombs. Lippmann (2010) introduz a discussão sobre o papel da mídia quando dialoga sobre as imagens em nossas mentes formadas pelo mundo exterior. Na contemporaneidade, essas imagens são formadas, em grande medida, pela mídia. “O mundo que temos que considerar está politicamente fora de nosso alcance, fora de nossa visão e compreensão” (LIPPMANN, 2010, p. 40). Por essa razão, os meios de comunicação exercem função norteadora na sociedade para o estabelecimento da agenda pública.

Embora McCombs (2006) retome a importância das relações interpessoais e relativize o fato de que os meios de comunicação não são as únicas fontes de informação para orientação dos assuntos públicos, na sociedade contemporânea, grande parte das informações que estão fora de nosso alcance são mediadas pela mídia. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia, realizada pela Secretaria de Comunicação em 2016, o segundo meio de comunicação mais utilizado pelo brasileiro para adquirir informações é a internet, depois da televisão. A pesquisa indica que 26% da população se informa sobre o que acontece no Brasil pela internet e 7% da população brasileira se informa por jornais impressos.

Desse modo, consideramos que a Teoria do Agendamento formulada por McCombs nos esclarece a relação existente entre a agenda pública e a agenda mídia. O autor nos explica que a mídia é responsável por filtrar e dar saliência a uma determinada quantidade de acontecimentos e transformá-los em notícias que irão compor a agenda do público:

Ao longo do tempo, os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos considerados os mais importantes pelo público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna o foco da atenção e do pensamento do público – e, possivelmente, ação – é o estágio inicial na formação da opinião pública. (MCCOMBS, 2009, p. 18)

Assim, a Teoria do Agendamento, antes hipótese do agenda-setting, avança no sentido de esclarecer que a mídia faz uma lista daquilo sobre o que é necessário ter uma opinião a discutir e de que os meios de comunicação exercem papel fundamental no que diz respeito a ofertar às pessoas grande parte da realidade do mundo. McCombs e Shaw (2000, p. 47) alertam que: “os leitores não ficam só a conhecer um determinado assunto, mas também ficam a saber qual a importância a atribuir a esse mesmo assunto, a partir da quantidade de informação veiculada na notícia e da posição por ela ocupada”. Nesse sentido, quando os jornalistas e editores selecionam e divulgam as notícias, eles desempenham importante

papel na configuração da realidade política e na construção social da realidade dos receptores da informação.

Contudo, a sociedade também tem potencial para pautar a mídia. A noção de contra-agendamento está associada à atuação de uma pluralidade de sujeitos coletivos. Segundo Martins da Silva (2007), esses sujeitos são capazes de produzir tematizações da realidade. O autor explica que a ação de advogar ou de defender - *advocacy* - uma causa de interesse público, de direitos sociais - está intrinsecamente ligado ao contra-agendamento.

O contra-agendamento compreende um conjunto de atuações que passam estrategicamente pela publicação de conteúdos na mídia e depende, para seu êxito, da forma como o tema-objeto-de-advocacia foi tratado pela mídia, tanto em termos de espaço, quanto em termos de sentido produzido. (MARTINS DA SILVA, 2007, p. 84-85)

De acordo com Martins da Silva (2007), o contra-agendamento ou agendamento institucional atua de forma permanente e sustentável na elaboração de esforços e execução de estratégias, com vistas a ampliar a visibilidade e melhorar o tratamento de temas institucionalizados. Nesse sentido, o contra-agendamento contribui para a democratização da constituição da agenda pública a partir da produção simbólica de instituições e atores sociais engajados em causas que merecem visibilidade pela importância que têm, buscando incluir essas temáticas na cena pública.

Entendemos que a internet amplia a possibilidade comunicacional dos cidadãos. Por meio dela, a sociedade é capaz de influenciar a mídia por sua capacidade de mobilização. A mídia, por vezes, serve como espaço de mediação para a contra-agenda de temáticas que são de interesse e resultado de mobilização social e que, de outro modo, não circulariam na agenda da mídia.

Dessa maneira, nosso trabalho se preocupou com o agendamento da mídia - dos três principais jornais impressos - *Folha de São Paulo*, *Estadão*, *O Globo* - e de dois portais de notícias - *Globo.com* e *UOL* sobre a declaração do ministro da Educação de que as universidades públicas produzem “balbúrdia” e a contra-agenda feita pelas universidades públicas e sociedade civil no sentido de demonstrar o valor e a missão da universidade pública para a sociedade, divulgando o resultado das investigações das instituições federais.

### **2.1 Jornais impressos: entre o conservadorismo e a pluralidade**

O *corpus* selecionado para a análise se constitui das primeiras páginas - jornais impressos - ou primeiros quadrantes - dos portais de notícias - considerando o período de 30 de abril de 2019, ocasião em que repercutiu a declaração do ministro da Educação sobre cortar verbas das universidades públicas sob a “justificativa” de que as instituições públicas de ensino produzem “balbúrdia”<sup>7</sup>, a 17 de maio de 2019, período posterior ao 15 de maio, data em que setores da educação se mobilizaram com protestos por todo o Brasil contra o governo de Jair Bolsonaro<sup>8</sup> e contra os cortes orçamentários anunciados pelo ministério. As ameaças feitas pelo ministro da Educação foram direcionadas às principais universidades do país: Universidade de Brasília (UnB), UFBA e Universidade Federal Fluminense (UFF).

A partir do método da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), identificamos conteúdos nos jornais impressos dos dias: 30 de abril, 01, 02 e 03 de maio e 10, 15 e 17 de maio de 2019.

---

<sup>7</sup> Balbúrdia está associada à ideia de algazarra, tumulto e desordem.

<sup>8</sup> Antes mesmo das eleições presidenciais, Jair Bolsonaro declarou uma ofensiva a professores e a profissionais da educação. Entre os discursos do presidente estão a acusação de que professores são “vagabundos”; de que os professores promovem “ideologia de gênero” e difundem ideais marxistas. Após eleito, o presidente da República chegou a incitar estudantes contra professores, solicitando a estudantes que enviassem vídeos de professores que estivessem promovendo “doutrinação ideológica” nas escolas e/ou universidades.

A edição do dia  
jornal *O Estado*  
trouxe uma  
capa com  
(Figura 1) cujo  
*Universidade*  
*'balbúrdia'*  
*cortada.*

No mesmo dia,  
de *São Paulo*

chamada na segunda parte inferior da primeira página do jornal com a opinião de Joel da Fonseca de análise das ações do governo com *Uma agenda antieducação*, comparando a “inoperância” do ministro Vélez Rodríguez com a capacidade de ação do seu substituto, Weintraub, na “guerra ideológica”.

Dos conteúdos analisados, identificamos que o jornal *O Estado de São Paulo* se mostrou mais conservador quando tematizou a questão a partir do baixo desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior (IFEs) e da reprodução da fala oficial do ministro sem considerar o princípio jornalístico de “ouvir o outro lado”. O jornal se resumiu a “aspear” o ministro. Na mesma linha, o jornal *O Globo* noticiou o tema em suas capas de forma tímida e reproduziu a fala oficial. Nos dias 02 e 03 de maio não houve qualquer chamada nas capas dos três jornais selecionados para análise sobre o tema.



30 de abril do  
de *São Paulo*  
chamada de  
destaque  
título foi:  
que promover  
terá verba

o jornal *Folha*  
trouxe uma

Figura 1 - Edição 30 de abril de 2019

No segundo momento de análise, considerando os dias 10, 15 e 17 de maio de 2019, as manifestações que ocorreram no dia 15 de maio provocaram a pauta dos jornais analisados. Contudo, o jornal *O Estado de São Paulo* se manteve com visão conservadora sobre o assunto junto com o jornal *O Globo*. O jornal *Folha de São Paulo* (Figura 2) deu mais espaço e visibilidade às manifestações.



### 3.2 Análise dos portais: a internet dá voz

Na primeira etapa de nossa análise, o portal *Globo.com* reproduziu a fala do ministro, não problematizou qualquer questão em relação aos cortes de recursos. No dia 02 de maio de 2019, o jornal agendou que os recursos das instituições públicas federais iriam para a educação infantil.

Já no dia 30 de abril de 2019, o portal UOL repercutiu o assunto apresentando uma lista de universidades que tiveram recursos cortados, como os IFEs que apresentaram melhora de desempenho em lista internacional. As reportagens apresentaram contraponto aos cortes e não deram visibilidade ao ministro. O portal também não personificou a ação no ministro, mas institucionalizou e usou o nome do Ministério da Educação. Além disso, apresentou, ainda, opinião sobre “tratamento ideológico” no dia 01 de maio de 2019, mantendo até o dia seguinte. No dia 01 de maio, o portal *UOL* deu visibilidade aos reitores e às dificuldades de operacionalizar as IFEs com cortes. O *UOL* apresentou contraponto de pesquisa sobre redução em investimentos na educação e deu voz à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). No dia 03 de maio, o *UOL* questionou a polarização entre educação infantil e superior e apresentou instituições entrando com ações contra a decisão de destinação das verbas da educação superior para a educação infantil a partir das declarações do ministro.

Na segunda fase, o portal *Globo.com* apresentou o assunto dos cortes no dia 10 de maio a partir dos chocolates usados pelo ministro para “explicar os cortes”. O portal trouxe a Capes na primeira página e citou “cortes preventivos” de bolsas, noticiou histórias de estudantes que perderam bolsa e “sustento”. No dia 15, o portal se dedicou a dar visibilidade aos atos e manifestações feitos pela sociedade em protesto aos cortes do MEC e o espaço dedicado às manifestações no país foi crescendo à medida que o portal atualizou a página ao longo do dia. No dia 15, o portal repercutiu a ida do ministro à Câmara para explicar os cortes e a avaliação do MPF em relação aos cortes como

“inconstitucional”. No dia 17, a principal notícia foi sobre o Inep e trouxe uma pequena chamada sobre a maioria dos estudantes serem de baixa renda nas IFES.

O portal *UOL* apresentou a explicação dos chocolates do ministro e ponderou que ele “errou as contas”. O portal também apresentou, no dia 10, que STF manteve cortes e que o governo mencionou que iria desbloquear as bolsas. Na atualização do dia 10, o portal trouxe na primeira página, a chamada para a opinião de Sakamoto sobre verba da educação *versus* facilitação do acesso a armas de fogo por crianças e trouxe uma chamada sobre as manifestações dos estudantes na internet, dando voz à UNE. No dia 15, o portal trouxe como chamada principal notícia sobre o governo rebatendo críticas e negando o recuo dos cortes, a convocação da Câmara para explicações, a ação das IFEs no sentido de planejar atos e uma opinião sobre o governo estar “perdido” no Congresso e perdido no meio da “sua própria cortina de fumaça”. O *UOL* também citou a greve nacional.

O portal *UOL* deu mais destaque que o *Globo.com* para as manifestações. O *UOL* confere mostrou que foto sobre “balbúrdia” era performance sobre Holocausto e apresentou opinião de deputado aliado sobre ministro sair demitido da Câmara dos Deputados. O portal *UOL* trouxe a opinião sobre o que as crianças deveriam aprender quando veem os professores em greve e deu destaque à fala comparativa de Onyx Lorenzoni, líder do governo na Câmara, sobre cortes e compra de vestido de festa. O portal deu visibilidade a cartazes e usou uma chamada: *Nas ruas pela educação*. No dia 17, o portal deu destaque à UFSB, apresentou pesquisa de que maioria dos estudantes é negra e tem baixa renda. Na capa, o *UOL* trouxe chamada sobre investigação da Agência Brasileira de Inteligência sobre reitores. Uma das chamadas principais usou o termo *retrocede* para falar de verba livre de universidades.

### **2.3 As universidades protagonizam a cena nas redes sociais: o contra-agendamento**

As ruas, as manifestações e a organização estudantil “respondeu” à ofensiva do governo Bolsonaro pelas redes sociais das IFEs, por iniciativas de estudantes e profissionais da educação e por pautas executadas por veículos de comunicação por sugestão da sociedade civil. A UnB organizou um evento denominado *Abrace a UnB*. No Facebook ou no Instagram, as universidades pautaram as mais importantes e diferentes pesquisas realizadas nas IFEs, o *ranking* que valorizava as universidades públicas brasileiras, além de campanhas de valorização e identidade dos estudantes com diferentes IFEs como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a UnB.

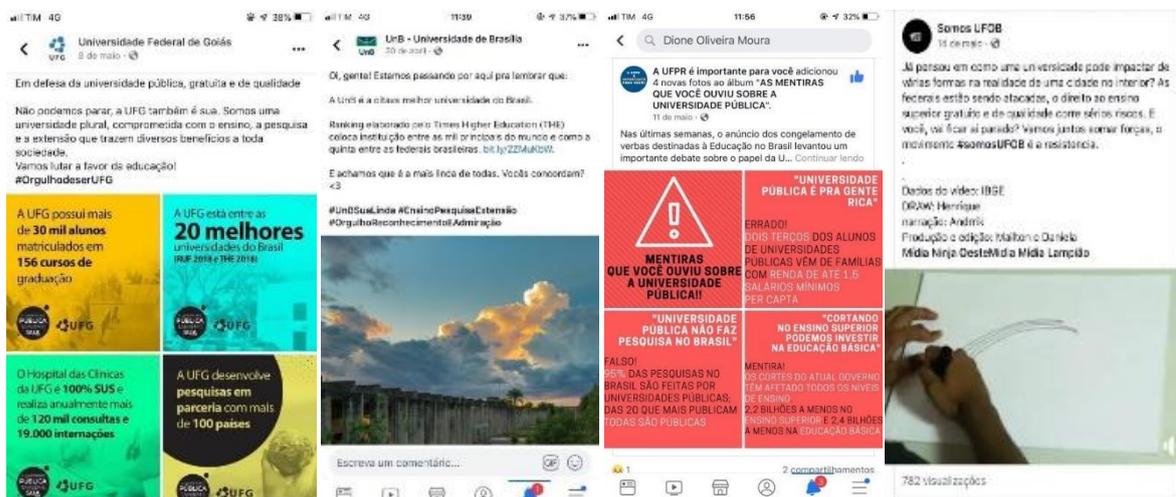


Figura 3 - Print screen das redes das universidades

Os estudantes da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) produziram um vídeo e veicularam com a postagem *Somos UFOB* para contextualizar a importância da instituição interiorizada e reagir ao contexto de disseminação de críticas à universidade pública.

## Considerações finais

Identificamos o contra-agendamento (McCombs; Shaw, 2000) das universidades públicas em suas redes sociais e da sociedade civil no sentido de mostrar a produção científica de qualidade, a identidade e os trabalhos realizados nas IFEs a partir de páginas e perfis criados em redes sociais e a tentativa de as instituições, estudantes e professores de reagir e resistir ao discurso opressor em relação à agenda em torno do que o ministro chamou de “balbúrdia”. Assim, podemos afirmar que “o contra-agendamento de um tema pode

ser parte de uma mobilização social ou parte de um plano de enfrentamento de um problema, corporativo ou coletivo” (MARTINS DA SILVA, 2007, p. 85).

## Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Editora 70, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2016.

BOTTONI, A. B.; SARDANO, E. de J.; COSTA, G. B. da. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, S.S (org.). **Gestão universitária: os caminhos para excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 19-42. Disponível em: [encurtador.com.br/nuxO4](http://encurtador.com.br/nuxO4). Acesso em: 3. set. 2019.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 151-204.

ÉSTHER, A. B. Que universidade? Reflexões sobre a trajetória, identidade e perspectivas da universidade pública brasileira. **Espacio, Tiempo y Educación**, Espanha, v. 2, n. 2, p. 197-221, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4774/477447182010.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

FÁVERO, M. L. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Paraná, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 02 set. 2019.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARTINS DA SILVA, Luiz. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: Lago, Cláudia;

BENETTI, Márcia. Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. **A evolução da pesquisa sobre agendamento: vinte e cinco anos no mercado das ideias**. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.). O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Estableciendo la agenda**. El impacto de los médios em la opinión pública y en el conocimiento. Barcelona: Paidós, 2006.

SILVA, M. R.; DICKMANN, I.; BERNARTT, L. B. Radiografia do Golpe, neoliberalismo e destruição do Estado, “apagamento “dos direitos sociais, “Educação Temer(ária)” e Escola sem Partido. **Revista pedagógica**. v.19, n.40, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3759/2135>. Acesso em: 7. out. 2019.

VIEIRA, R. B. O programa para educação superior de Jair Bolsonaro: empreendedorismo, controle e ofensiva sobre o fundo público. In: **Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES-SN. Ano XIX. N. 64, jul. 2019.